



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA
PARA A 40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2020, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Cria cargos no Quadro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Com substitutivo. Parecer nº 1372, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário ao substitutivo.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 5, de 2020, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Regulamenta a atribuição e fixa valores de Gratificações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Com substitutivo. Parecer nº 1373, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário ao substitutivo.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 663, de 2021, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022. Com 26.614 emendas. Retiradas as emendas nºs 8390 a 8423, 9707, 14899 e 22807. Parecer nº 1371, de 2021, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e às emendas "A", "B", "C" e "D" apresentadas, favorável às subemendas nºs 1 a 14 apresentadas e contrário às demais emendas.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 735, de 2021, de autoria do Tribunal de Justiça. Cria serventia extrajudicial na Comarca de Conchal. Parecer nº 1368, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 864, de 2021, de autoria da Mesa. Prorroga, para o exercício financeiro de 2022, os efeitos da Lei nº 16.090, de 8

de janeiro de 2016, que fixou o subsídio dos Deputados Estaduais para o exercício de 2016. Parecer nº 1367, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 868, de 2021, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá outras providências. Com Mensagem Aditiva e 32 emendas. Parecer nº 1369, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e à Mensagem Aditiva, e contrário às emendas.